

PLANO DE ENSINO		
IDENTIFICAÇÃO		
ANO LETIVO	SÉRIE	TURNO
2022	4º ano	Matutino e Noturno
NOME DA DISCIPLINA		
Processo do Trabalho Aplicado		
CARGA HORÁRIA		
SEMANAL: 2 horas-aula		ANUAL: 90 horas-aula
DOCENTE(S) RESPONSÁVEL(IS)		
Prof. Me. João Batista Martins César		
EMENTA DA DISCIPLINA		
<p>PROCESSO DO TRABALHO – Noções Gerais e prática do PJe – Processo Judicial Eletrônico. Processo do trabalho aplicado – redação de peças – noções gerais. Procedimentos (Ordinário, Sumário, Sumaríssimo, Especiais). Petição Inicial (Rito Ordinário, Rito Sumaríssimo, Inicial para recebimento de verbas rescisórias, Consignação em Pagamento, Mandado de Segurança, Cautelares). Tutela provisória (de urgência e evidência). Audiência trabalhista (presencial, telepresencial e mistas – audiências Cejusc). Da conciliação no processo do trabalho. Respostas do réu (Contestação, Exceções, Reconvencção) – aspectos práticos. A importância da réplica no processo do trabalho – apontamento de diferenças e provas. Sentença (erros mais comuns e formas de impugnação). Recursos (Embargos de Declaração, Recurso Ordinário, Recurso de Revista, Agravo de Instrumento, Agravo de Petição – aspectos práticos. Execução Trabalhista (noções gerais e aspectos práticos sobre os Embargos à Execução, Embargos de Terceiro, Impugnação à Sentença de Liquidação). Ação Rescisória – aspectos práticos. Novas formas de resolução dos conflitos trabalhistas: a atuação do Ministério Público do Trabalho: Audiência pública, inquérito civil, termo de compromisso de ajustamento de conduta. O acordo extrajudicial. Acordo coletivo, convenção coletiva e dissídio coletivo. Greve.</p>		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA		
<p>Objetivos Gerais Desenvolver no aluno a habilidade profissional para a compreensão e resolução dos litígios trabalhistas, seja por meio das novas formas de composição de conflito ou com a redação das peças jurídicas de forma autônoma e segura ou por meio de assessoria às partes envolvidas no conflito. Estimular o senso crítico do aluno, enfatizando a prática forense trabalhista apresentando casos reais e hipotéticos, enquadrando-os nos dispositivos processuais da Consolidação das Leis do Trabalho, leis esparsas aplicáveis ao Processo do Trabalho e o Código de Processo Civil. Preparar o aluno para o mercado profissional e sua atuação em todo o sistema de justiça trabalhista (Justiça do Trabalho e Ministério Público do trabalho) e para o exame da OAB (segunda fase - na área trabalhista).</p>		
<p>Objetivos Específicos Promover a fixação do conhecimento jurídico do direito material e processual do trabalho com a aplicação prática do conteúdo teórico já desenvolvido. O aluno deverá identificar a natureza instrumental do processo (por meio de exercícios práticos), para que identifique e solucione os problemas trabalhistas, selecione e elabore/escreva as peças jurídicas da área trabalhista. Desenvolver as habilidades práticas inerentes ao profissional do direito, especialmente quanto à prática da advocacia trabalhista. Conhecimento da constituição e funcionamento do sistema do Poder Judiciário Trabalhista. Estimular a postura ética do aluno no enfrentamento</p>		

dos litígios trabalhistas. Dar ênfase às novas formas de solução de conflitos trabalhistas – acordos extraprocessuais e Cejuscs (JT).

1º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS 45
1	Aspectos práticos do Direito Processual do Trabalho: aspectos gerais para a elaboração de peças jurídicas trabalhistas; entrevistas com clientes e consequente enquadramento fático-jurídico.	6
2	O PJe – Processo Judicial Eletrônico – na Justiça do Trabalho. Outras ferramentas eletrônicas a serviço da atividade jurisdicional: aspectos práticos.	4
3	Estudo e redação da Petição Inicial. Reclamação trabalhista (Rito Ordinário e Rito Sumaríssimo – inicial para pleitear verbas rescisórias, casos de discriminação, assédio moral e sexual, acidentes de trabalho). Tutela provisória (urgência e evidência). Consignação em pagamento. Mandado de Segurança. Estudo de casos	6
4	Novas formas de resolução dos conflitos trabalhistas: acordo extrajudicial, arbitragem, mediação e conciliação (Cejusc).	4
5	Audiência trabalhista (presencial, telepresencial e mistas) e cálculo de verbas trabalhistas. Estudo de casos.	6
6	Conciliação trabalhista. Estudo de casos.	4
7	Da resposta e outros comportamentos do reclamado: Contestação (estudo e redação da peça). Exceções e Reconvenção (análise das peças). A réplica no processo do trabalho.	5
8	A sentença no processo do trabalho (erros mais comuns e formas de impugnação)	6
9	Estudos de casos mostrando a importância interdisciplinar do direito, especialmente com a economia compartilhada sob a ótica do direito trabalhista, civil, consumidor e administrativo (plataformas de trabalho).	4
SEQUÊNCIA A 2º semestre	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº AULAS 45
1	Novas formas de resolução dos conflitos trabalhistas: O Ministério Público do Trabalho: audiência pública, inquérito civil, termo de compromisso de ajustamento de conduta, ação civil pública.	6
2	Os recursos no processo do trabalho. Aspectos práticos. Noções gerais. A importância dos pressupostos recursais.	2
3	Embargos de declaração. Recursos (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento, efeito modificativo, embargos protelatórios e para prequestionamento). Redação da peça. Casos práticos.	2
4	Recurso ordinário. Estudo do recurso (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento) e redação da peça. Casos práticos.	2
5	Contrarrazões ao recurso ordinário. Estudo e redação da peça.	2

6	Agravo de instrumento. Estudo do recurso (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento) e redação da peça.	2
7	Recurso de Revista. Aspectos práticos. A base teórica e a sua aplicação (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento). Redação da peça.	4
8	Contrarrazões de recurso de revista. Estudo e redação da peça.	2
9	Execução trabalhista. Aspectos práticos. Noções gerais.	2
10	Embargos à execução. Estudo e redação da peça.	2
11	Embargos de terceiro. Estudo e redação da peça.	2
12	Impugnação à sentença de liquidação. Estudo e redação da peça.	2
13	Agravo de petição. Estudo do recurso (base legal, finalidade, prazo, competência, requisitos, procedimento) e redação da peça.	2
14	Ação rescisória. Noções gerais.	3
15	Prática de negociação coletiva – acordo coletivo e convenção coletiva de trabalho. Greve. Aspectos práticos.	8

PROCEDIMENTOS E APRENDIZAGEM
(Procedimentos e técnicas utilizados para o desenvolvimentos das aulas)

Como metodologia de ensino serão utilizadas exposições que propiciem o diálogo e a efetiva participação dos alunos (as), dinâmicas em grupo com debates e exposições, leituras comentadas, fichamentos de textos, exemplos práticos com estudo de casos reais, seminários, simpósios, pesquisa bibliográfica, vídeos sobre os temas e cine debates (debates sobre filmes que tenham pertinência temática) e análise de músicas sobre as questões trabalhistas no dia a dia.

Demonstrar-se-á a importância interdisciplinar, ou seja, a conexão dos diversos ramos do direito e processo do trabalho com as demais disciplinas e vice-versa, notadamente os novos métodos adequados de resolução de conflitos individuais e coletivos (mediação, arbitragem e conciliação - Cejusc) e a economia compartilhada sob a ótica do direito trabalhista, civil, consumidor e administrativo (plataformas de trabalho), analisando-se casos práticos.

Como instrumentos de ensino utilizar-se-á recursos audiovisuais e ferramentas tecnológicas que possibilitem maior interação com os alunos e com o sistema "Google Classroom", possibilitando o acesso aos conteúdos de textos, vídeos (aulas, filmes, documentários, músicas) e outras atividades que incrementem o trabalho em sala de aula.

Serão incentivadas as pesquisas de leis, normas internacionais, doutrina e jurisprudência em diversas fontes. Consulta aos livros da bibliografia básica. Redação individual e/ou coletiva de peças. Correção coletiva, seguida de correção personalizada. Cada aluno deverá trazer para a sala de aula os textos legais (Constituição da República, da Consolidação das Leis do Trabalho, do Código Civil, do Código de Processo Civil e da legislação trabalhista extravagante, bem como o livro de Súmula do TST e orientações jurisprudenciais das suas SBDI-1 e 2). Visita dirigida aos órgãos públicos, especialmente ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas – para conhecimento do funcionamento de suas turmas e seções e forma de julgamentos dos recursos, e à Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (as visitas poderão ocorrer de forma telepresencial). Orientação para a elaboração de peças processuais simuladas e reais. Realização de audiências simuladas.

AValiação DA APRENDIZAGEM (Quantidade de instrumentos, tipos de avaliação, critérios de correção e aprovação)
<p>A aprendizagem será avaliada por meio de vários instrumentos, como a prova escrita (dissertativa ou múltipla escolha), participação em sala de aula, assiduidade, seminários e trabalhos de pesquisa com vistas à investigação científica.</p> <p>Avaliação semestral, composta por prova escrita (dez pontos), eventualmente, poderão ser atribuídos trabalhos obrigatórios (até três pontos). Também poderão ser adotados trabalhos em grupo com relação à interdisciplinaridade com as demais matérias do ano em curso, valendo até um ponto na média semestral. A frequência do aluno à sala de aula será aferida para a atribuição da nota final. Igualmente como critério de avaliação, poderá ser realizada prova bimestral, de caráter obrigatório para todos os alunos, caso em que a nota dessa prova será somada com a semestral e dividida por dois para se obter a média.</p> <p>A PROVA: elaboração de uma peça profissional e/ou resolução de questões práticas (dissertativas ou questões de múltiplas escolhas).</p> <p>EXAME: Será feito por meio de prova escrita, oral ou questões de múltiplas escolhas.</p> <p>TRABALHOS EVENTUALMENTE ATRIBUÍDOS: redação de peças profissionais, conforme indicadas em aula. As peças deverão ser manuscritas, em folha timbrada da faculdade e postadas no Google Class no prazo fixado para tanto. Os trabalhos entregues fora do prazo não serão considerados para fim de composição da nota do aluno.</p>
BIBLIOGRAFIA
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva.</p> <p>JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Prática Jurídica Trabalhista. São Paulo: Atlas.</p> <p>SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CÉSAR, João Batista Martins. A tutela coletiva dos direitos fundamentais dos trabalhadores. São Paulo: LTr.</p> <p>CISNEIROS, Gustavo. Manual de prática trabalhista. Ed. Método. (plataforma minha biblioteca)</p> <p>MELO, Raimundo Simão. A ação civil pública na Justiça do Trabalho. São Paulo: LTr.</p> <p>SILVA, Homero Batista da Silva. CLT comentada. São Paulo: Thomson Reuters Brasil.</p> <p>SOUZA JÚNIOR, Antonio Umberto de; COELHO, Fabiano; MARANHÃO, Ney; AZEVEDO NETO, Platon Teixeira de. Manual Prático das Audiências Trabalhistas. São Paulo: Thomson Reuters Brasil.</p>

Artigos de periódicos científicos fornecidos na Plataforma REVISTA DOS TRIBUNAIS ONLINE.

THOMSON REUTERS. Disponibilizados no Site: <https://www.fadi.br/portal/>, no SOPHIA

BIBLIOTECA - Catálogo Online – Links úteis - <https://www.fadi.br/biblioteca/> - Revista dos

Tribunais Online (RT) <https://www.revistadostribunais.com.br>.

Sorocaba, 08 de janeiro de 2022.

Me. João Batista Martins César

